

PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ

**A LOGÍSTICA MILITAR DO BRASIL NA MISSÃO DA ONU DE MANUTENÇÃO
DA PAZ NO HAITI. UMA EXPERIÊNCIA A SER REPRODUZIDA**

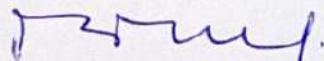
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola Superior de Defesa, como exigência
parcial para obtenção do título de Especialista
em Logística e Mobilização Nacional.

Orientador: CMG (RM1-FN) Sérvio Corrêa da
Rocha Junior

Brasília

2021

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da Escola Superior de Defesa (ESD). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESD.



PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ
(CI 5346 – MRE)

PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ

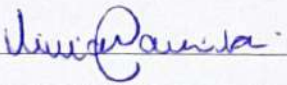
**A LOGÍSTICA MILITAR DO BRASIL NA MISSÃO DA ONU DE MANUTENÇÃO
DA PAZ NO HAITI. UMA EXPERIÊNCIA A SER REPRODUZIDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola Superior de Defesa, como exigência
parcial para obtenção do título de Especialista
em Logística e Mobilização Nacional.

Trabalho de Conclusão de Curso **APROVADO**:

Brasília, DF 1º de NOVEMBRO de 2021.

SÉRVIO CORRÊA DA ROCHA JUNIOR – CMG (RM1 – FN)
Orientador


VIVIANE MACHADO CAMINHA - Prof.^a Dr.^a
Coordenadora do TCC CLMN 2021

SIGLAS

BRABAT	<i>Brazilian Battalion</i>
CCL	Centro de Coordenação Logística
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CHELOG	Chefia de Logística
CSNU	Conselho de Segurança da ONU
DOS	<i>Department of Operational Support</i> (Departamento de Apoio Logístico da ONU)
DPO	<i>Department of Peace Operations</i> (Departamento de Operações de Paz da ONU)
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
END	Estratégia Nacional de Defesa
LBDN	Livro Branco da Defesa Nacional
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MINUSTAH	<i>Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti</i>
MONUSCO	<i>Mission de l'Organisation des Nations Unies pour la Stabilisation en République démocratique du Congo</i>
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
ONUC	Operações das Nações Unidas no Congo
PKO	<i>Peacekeeping Operation</i> (operação de manutenção da paz)
PLD	Política de Logística de Defesa
PND	Política Nacional de Defesa
SISLOGD	Sistema de Logística de Defesa
UNAVEM	<i>United Nations Verification Mission in Angola</i>
UNEF	<i>United Nations Emergency Force</i>
UNOMOZ	<i>United Nations Operation in Mozambique</i>
UNPROFOR	<i>United Nations Protection Force</i>

RESUMO

O relatório tem por objetivo examinar o papel da logística militar brasileira na Missão da ONU de Estabilização do Haiti (2004-17). O estudo avalia a experiência de seu emprego no Haiti em conjunto com a logística da ONU. Verifica aspectos legais, estruturais e operacionais dos sistemas logísticos militar brasileiro e da ONU e sua contribuição para o sucesso da participação brasileira. Realiza pesquisa em alguns trabalhos feitos sobre ambas as logísticas e percorre conceitos e princípios relevantes da Política, da Estratégia e dos Objetivos Nacionais de Defesa e da Política de Logística de Defesa. O relatório considera positivos os resultados do apoio logístico na forma de determinação das necessidades, obtenção e distribuição dos meios para o desdobramento e manutenção do Batalhão Brasileiro (BRABAT) na MINUSTAH. O relatório conclui ter a logística militar brasileira contribuído para a consecução dos objetivos nacionais de defesa e de política externa. Sugere que a referida experiência seja levada em conta em futuras operações de paz da ONU em áreas de interesse estratégico do Brasil.

Palavras-chave: Missão de Manutenção da Paz. Logística. Haiti. Áreas estratégicas.

ABSTRACT

The report aims to examine the role played by the Brazilian military logistics in the UN Mission of Stabilization in Haiti (2004-17). The study appraises the experience of its use in Haiti jointly with the UN logistics. It delves in legal, structural and operational aspects of both logistics and their contribution to the success of the Brazilian participation. It researches some works done on both, and peruses relevant concepts and principles of Brazil's National Defense Policy, Strategy and Objectives, and its Logistics Defense Policy. The report deems positive the results of the logistical support concerning the needs determination, acquisition and distribution of the means necessary to the deployment and keeping of the Brazilian Battalion (BRABAT) in the MINUSTAH. It comes to the conclusion that the Brazilian military logistics contributed to the attainment of the national defense and foreign policy objectives. It suggests that such experience be taken into account in future UN peace operations in areas of Brazil's strategic interest.

Key words: Peacekeeping Mission. Logistics. Haiti. Atlantic Africa

1 Introdução

O trabalho busca examinar, em seus aspectos mais gerais, o papel da logística militar brasileira na missão da Organização das Nações Unidas (ONU) de manutenção da paz no Haiti (2004-2017) e a sua relação com a logística da ONU empregada nesse tipo de missão. A logística de apoio à *peacekeeping operation* (PKO) no Haiti foi julgada bem-sucedida, o que contribuiu para o êxito geral da operação. Nesse sentido, procura-se analisar o uso da logística das Forças Armadas Brasileiras e sua integração à logística das PKOs, e sua possível utilização *mutatis mutandis* em eventuais missões em países africanos do Atlântico sul, à luz da importância que este último detém para o entorno estratégico do Brasil.

O trabalho pretende avaliar a experiência no Haiti como um teste válido para o eventual emprego da logística militar brasileira em operações de manutenção da paz articuladas pela ONU na África do Atlântico meridional, que possam vir a ocorrer. Antes da missão naquele país caribenho, a participação brasileira de alguma envergadura em operações de paz da ONU se limitava à *United Nations Emergency Force I* (UNEF I), atuante na crise de Suez entre 1957 e 1967, para a qual o Brasil enviou um batalhão de Infantaria, e a *United Nations Angola Verification Mission III* (UNAVEM III) para a qual contribuiu também com um batalhão.¹ O longo interregno entre 1967 e 1995, as mudanças na política de missões de paz na ONU, o cenário legal e doutrinário militar brasileiro constituiriam alguns dos fatores a serem levados em conta para estimar as condições de participação brasileira em PKOs mais robustas, como a do Haiti, que envolveu, além do restabelecimento da ordem e da estabilização política, também ajuda humanitária, apoio à realização de eleições e assistência para a criação de condições mínimas para a retomada do desenvolvimento do país.

É intenção deste Relatório verificar, sucintamente, aspectos legais, estruturais e operacionais dos sistemas logísticos da ONU e militar brasileiro e em que medida corresponderam ao objetivo de contribuir para o êxito da participação das tropas brasileiras na PKO no Haiti e atender ao mandato conferido pela Resolução 1542/2004 do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), que originou a missão naquele país. Nesse sentido, este trabalho, em seu Referencial

¹ O Brasil enviou para a UNAVEM III um batalhão (BRABAT) com 800 homens, uma companhia de engenharia (200 homens), dois postos de saúde avançados (40 oficiais de saúde) e cerca de 40 oficiais do Estado-Maior, além de 14 observadores militares e 11 policiais. Fonte: <http://www.batalhaosuez.com.br/ForcasDePazAngolaUnavemIII.htm>

Teórico, percorre elementos de ambos os sistemas, valendo-se também de comentários de autores que abordaram o tema. Na parte atinente a Resultados e Análise, avalia-se a logística empregada na operação no Haiti, com apreciação sobre seus resultados. Na Conclusão, sugere-se considerar o uso da logística militar brasileira como suporte em eventuais PKOs em países africanos da margem oriental do Atlântico, região considerada estratégica, segundo os textos da política e dos objetivos nacionais de defesa do Brasil.

2 Contexto e Situação-Problema

A comunidade internacional, por meio bilateral e/ou de programas das diversas entidades do sistema da ONU, tem assistido os países em conflito em seus esforços para alcançar a paz política e criar condições para reerguer suas combatidas economias. Tem-se utilizado, sobretudo, das PKOs para restaurar a paz e prover condições mínimas de segurança e desenvolvimento num longo processo de restabelecimento da normalidade política, de desmobilização, desarmamento e reintegração dos combatentes à vida civil. As PKOs, sob mandato do CSNU, dependem fundamentalmente de apoio logístico, como observam Cid e Goldoni (2016): *“logistical support is crucial to enabling civilians, military staff and the police force participating in Peacekeeping Operations (PKOs) to fully comply with the UN mandate”*.

Para o bom atendimento das operações de manutenção da paz em países em conflito, ou egressos de conflito, o Secretariado da ONU dispõe de uma razoável estrutura de logística de apoio. As PKOs são mantidas pelo orçamento regular da ONU e por contribuições voluntárias de Estados-membros. Destes, igualmente, recebem tropas e apoio logístico. Os Estados contribuintes de tropas negociam com o Secretariado os termos de suas contribuições, incluindo os aspectos logísticos para o desdobramento e manutenção de suas tropas nas PKOs. Isso implica definir tanto questões financeiras (ressarcimento parcial ou integral dos custos com o transporte, por exemplo), quanto a alocação de equipamentos, material de transporte, recursos humanos, suprimentos. A participação brasileira na MINUSTAH, que se materializou segundo termos negociados com o Secretariado, resultou num esforço logístico das Forças Armadas brasileiras em conjunto com a logística da ONU. Releva, então, descrever, brevemente, a estrutura logística da ONU para operações de manutenção da paz, bem como a logística militar do Brasil.

3 Referencial Teórico

Na elaboração do presente relatório foram consultados diversos textos, como trechos de livros, artigos e dissertações, bem como fontes de informação e legislação acerca da logística da ONU e a logística militar brasileira. Sobre a estrutura do Secretariado da ONU, o trabalho serviu-se, em grande medida, do repositório de informações contido em Baig (2010) e Fontoura (2005).

3.1 Logística da ONU nas operações de manutenção da paz

No Secretariado da ONU, recai sobre o Departamento de Operações de Paz (DPO, na sigla em inglês)² a responsabilidade pela política, planejamento, preparo e condução das PKOs. O DPO é o ponto focal do Secretariado com os Estados-membros no tocante aos aspectos operacionais e administrativos das missões de manutenção da paz. Os mandatos para as PKOs provêm de decisões do CSNU, logo após as quais o DPO inicia o processo de constituição da força de manutenção da paz, com a anuência do Estado-membro em que ela operará, e em consulta com os países dispostos a contribuir com tropas e suporte logístico e financeiro. A operação também pode incluir forças policiais e civis e, em situações menos robustas, apenas observadores militares.

As PKOs envolvem ações multidisciplinares voltadas para o restabelecimento da paz, tais que a supervisão de acordos de cessar-fogo, desmobilização de grupos armados, desarmamento e destruição de armas entregues, reintegração de antigos combatentes na vida civil, desminagem, apoio ao retorno de refugiados e pessoas deslocadas, assistência humanitária, treinamento de forças policiais, monitoramento do respeito aos direitos humanos, apoio à implementação de reformas constitucionais, judiciais e eleitorais, bem como assistência à reabilitação e à reconstrução econômica.

As PKOs evoluíram de operações precipuamente militares (da criação da ONU em 1945 até a década de 1990 eram apenas “operações de paz”) para assumir um caráter mais complexo, multidimensional, com o envolvimento de um corpo de pessoal constituído por uma ampla gama de nacionalidades, disciplinas e culturas.

O DPO é o braço operacional do Secretário-Geral em apoio às operações de manutenção da paz. Conduz o processo de planejamento das missões ao proporcionar o marco geral para o seu

² Reforma em 2019 substituiu o antigo DPKO pelo DPO – *Department of Peace Operations* - sigla que passou a ser usada neste trabalho.

desdobramento, desenvolver cursos de ação, realizar missões de reconhecimento e coordenar a elaboração de plano abrangente para aprovação do CSNU. Fornece ainda orientação e apoio aos chefes civis e militares das PKOs, que são o Representante Especial do SGNU, o Comandante da Força ou o Chefe Observador Militar.

No mesmo plano do DPO, o Departamento de Apoio Logístico (*Department of Operational Support - DOS*, anteriormente *Department of Field Support – DFS*) é responsável por prover o suporte logístico e administrativo para as PKOs e outras atividades da ONU no terreno. Reporta-se ao DPO em todas as questões relacionadas com as operações de manutenção da paz. Os dois departamentos mantêm equipes operacionais integradas de apoio às missões.

Um enorme contingente de pessoal participa das operações no terreno. Pode envolver unidades de infantaria, observadores militares e civis, forças de monitoramento, observadores eleitorais, polícia da ONU, bem como pessoal militar e civil para atender às necessidades de refugiados e de repatriação e das vítimas de desastres. Por esse motivo, procedimentos de logística bem definidos devem ser previstos conforme a natureza das missões.

O DOS identifica as necessidades logísticas e administrativas das missões no terreno, inclusive apoio administrativo, equipamentos, transportes e comunicações. Toma as providências para a abertura e fechamento de escritórios de operações. Elabora e dissemina políticas, procedimentos e práticas para as missões no terreno. Coordena com os governos locais todas as questões administrativas, de pessoal civil e de apoio logístico.

Dentro do Departamento, a Divisão de Apoio Logístico (LSD) se encarrega de dar contornos práticos às metas e aos conceitos contidos nos relatórios do Secretário-Geral da ONU e nas resoluções do CSNU. Concretamente, nas missões, a ONU se vale de um sistema de apoio integrado, o *Integrated Support System*. Este constitui o elo entre os comandos militares e as estruturas civis, que se expressa no Centro Conjunto de Operações Logísticas (*Joint Logistics Operation Center – JLOC*). O Centro Conjunto trabalha para compatibilizar as necessidades logísticas da operação com as diretrizes emanadas do DPO e com as características da área de operações. São observados, nesse contexto, os *Standing Operating Procedures* e Memorandos de Entendimento, respectivamente, com o país anfitrião e os países contribuintes. Com base nesses

documentos, processam-se os itens logísticos necessários para a missão, tais que suprimentos, manutenção, saúde, engenharia, transporte, pagamentos, etc. (SILVA e ANDRADE, 2018)

O apoio logístico numa operação de manutenção da paz pode proceder de várias fontes, principalmente (BAIG, 2010):

- a) De **países participantes**, com tropas, unidades médicas, de engenharia, material de transporte, etc.
- b) Das **organizações internacionais**, com materiais, tais que tendas, geradores, veículos, equipamentos médicos, além da gerência da logística por meio de planejamento, aquisições, controle de deslocamentos e administração da cadeia de suprimento.
- c) Do **país anfitrião**, com, por exemplo, permissão para o uso das estruturas logísticas do país, como acesso a instalações e acomodações, aeroportos, estradas e ferrovias. Igualmente, o país anfitrião pode garantir o abastecimento de água e de combustíveis e serviços em geral. Empresas locais podem também ser contratadas para prestar serviços às tropas.
- d) De **Doadores**, com bens de capital, material de transporte tático e outros tipos de apoio logístico.
- e) De **Empresas**, que podem ser contratadas pela ONU para o fornecimento de bens logísticos. Em 2020, os gastos da ONU com compras excederam US\$ 6 bilhões. As empresas contratadas podem ser do país anfitrião, de país contribuinte, ou de qualquer outro Estado-membro desde que suas empresas sejam catalogadas junto ao Global Marketplace (sistema encarregado de compras das Nações Unidas).³

3.2 A Logística militar brasileira

A logística militar brasileira apoia-se em princípios e conceitos derivados da Política Nacional de Defesa (PND), da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN), aprovados pelo Decreto Legislativo Nr. 373, de 25/09/2013 e submetidos a periódicas atualizações. Mais especificamente, na Política de Logística de Defesa (PLD) e na Doutrina de Logística Militar (DLM) encontram-se os lineamentos que balizam a logística das Forças Armadas brasileiras.

³ Informação dada em aula pelo Professor Fernando César Hernandez (Cel R1 EB)

Na PND, ressalta-se a importância de o Brasil dirigir sua atenção ao Atlântico Sul e aos países africanos de sua margem oriental, pelos riscos às riquezas de seu ambiente marinho e à sua segurança, segundo se afirma no parágrafo 2.3.7

[...] os países africanos limítrofes ao Atlântico Sul detêm significativas reservas de recursos naturais, em um mundo já cioso da escassez desses ativos. Tal cenário poderá ensejar a ocorrência de conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas. Potências externas têm incrementado sua presença e influência nessas áreas. No Atlântico Sul, declarado [...] Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - Zopacas, percebe-se o crescimento de ilícitos transnacionais, pesca predatória, crimes ambientais e a presença de países que dela não fazem parte e que, no entanto, possuem interesses na região. Assim, as expressões do Poder Nacional devem estar adequadamente capacitadas para fazerem valer os interesses nacionais.

Ademais, no parágrafo 2.3.11., a PND reconhece a relevância da participação brasileira nas operações de paz lideradas pela ONU e alerta que

...a demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a acentuar-se, de sorte que o País poderá ser estimulado a incrementar sua participação nesses tipos de missão. Além do aumento de sua influência política em nível global, a participação em operações internacionais permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e de agências participantes das missões, bem como ampliar sua projeção no concerto internacional.

A seção atinente à Concepção Política de Defesa da PND elenca algumas metas no plano internacional, a saber:

- IV. buscar a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação;
- IX. atuar sob a égide de organismos internacionais, visando à legitimidade e ao respaldo jurídico internacional, conforme os compromissos assumidos em convenções, tratados e acordos internacionais e sempre respeitando os princípios constitucionais;
- X. participar de organismos internacionais, projetando cada vez mais o País no concerto das Nações;
- XI. participar de operações internacionais, visando a contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos.

Os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) VII e VIII, incorporados à PND, estabelecem o papel que as Forças Armadas Brasileiras poderão desempenhar na resolução de conflitos que ameacem a paz e a segurança internacionais, na solução pacífica das controvérsias, bem como nos fóruns e nas operações internacionais, como se segue:

- VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais. Refere-se à participação do Brasil nos mecanismos de resolução de controvérsias no âmbito dos organismos internacionais, complementada pelas

relações com toda a comunidade mundial, na busca de confiança mútua, pela colaboração nos interesses comuns e pela cooperação em assuntos de Segurança e Defesa.

VIII. Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais. Caracteriza-se pelas ações no sentido de incrementar a participação do Brasil em organismos e fóruns internacionais, em operações internacionais e na cooperação com outros países, visando a auferir maior influência nas decisões em questões globais.

De certo modo, os mesmos elementos se incluem na END, como se depreende de trecho da seção 2 sobre Concepção Estratégica de Defesa:

...em consequência, [o Brasil] deve estar preparado para atender às possíveis demandas de participação em Operações de Paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas – ONU ou de organismos multilaterais. Essas participações, observadas as circunstâncias do momento, deverão seguir os princípios e as prioridades da política externa e de defesa do Brasil. Dessa forma, o País deve ser capaz de projetar poder, objetivando ampliar a sua influência no concerto mundial; reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e a cooperação entre os povos; e desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz, de acordo com os interesses nacionais.

A Política de Logística de Defesa (PLD), por sua vez, estipula ser o seu objetivo maior “proporcionar à Expressão Militar do Poder Nacional um sistema de apoio logístico adequado e contínuo desde a situação de normalidade até a de guerra”. Para tanto,

[...será] determinante que as Forças Armadas estejam devidamente equipadas com meios, de combate e de logística, em grau de aprestamento capazes de atender à demanda decorrente das responsabilidades que a posição conquistada lhes conferirá.

A Doutrina de Logística Militar do Brasil dá contornos sistêmicos à logística de defesa ao definir o Sistema de Logística de Defesa (SISLOGD) como sendo um “conjunto de pessoal, instalações, equipamentos, doutrinas, procedimentos e informações, apoiado por uma infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações, atuando como agente catalisador de informações gerenciais de interesse da Logística de Defesa”. No comando do Sistema está a Chefia de Logística (CHELOG) do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA). Além de fornecer orientação normativa, cabe “à CHELOG coordenar as demandas e ofertas de capacidades de Logística de Defesa e Mobilização Militar, proporcionando a interoperabilidade no âmbito do Ministério da Defesa (MD)”.

Aqui não se pretende esmiuçar os vários elementos do SISLOGD, mas, para entender o apoio logístico à participação de Forças brasileiras nas PKOs, importa reter os conceitos de:

- a) **Logística Conjunta**, a qual pode incluir “coordenação e compartilhamento de recursos de parceiros multinacionais, organizações intergovernamentais e organizações não-governamentais”.
- b) **Integração Logística**, que vem a ser “a capacidade de organizações logísticas operarem conjunta e temporariamente, de acordo com uma nova estrutura de comando de constituição variável, em proveito de uma missão, e que possa gerar efeitos sinérgicos”.
- c) **Interoperabilidade Logística** que se destina “ao aproveitamento de competências, capacitações e meios entre organizações, verificada na capacidade de intercâmbio de serviços e informações, sem a alteração da estrutura operacional própria, para a solução de um problema logístico”.
- d) **Tarefa Logística Conjunta**, definida como “um elenco de tarefas logísticas que podem ser executadas por uma organização vocacionada ou capacitada para determinada prestação de serviços, com o propósito de eliminar redundâncias existentes, formando a base para a execução da logística conjunta, economizando esforços e recursos vitais para o sucesso de uma campanha militar”.

No capítulo IV do documento sobre a Doutrina de Logística Militar, define-se o Apoio Logístico Militar como sendo uma “estrutura sistêmica destinada a prever e prover os recursos e serviços para atender as necessidades das Forças Armadas”. Observe-se que, no Brasil, cada Força detém sua própria logística. Mas o Apoio Logístico deve prever o entrosamento “com os sistemas congêneres do meio civil, das demais Forças e, ainda, de Forças Aliadas”.

Considera-se de importância o Planejamento Logístico, que se desdobra em níveis estratégico, operacional e tático, como parte integrante do planejamento militar. No nível estratégico, “a Logística Conjunta é caracterizada pela capacidade da nação de projetar e sustentar o poder militar, tonando as operações militares duradouras...” No nível operacional, “a Logística Conjunta deve integrar e coordenar as capacidades nacionais do MD, das Forças Singulares e componentes funcionais multinacionais, operações interagências e outras com as necessidades táticas...”.

De acordo com Santos (2010), A logística militar

é o conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão dos recursos e dos serviços necessários à execução das missões das Forças Armadas. Está dividida nas fases de determinação de necessidades, obtenção e distribuição, e subdividida nas seguintes funções logísticas: recursos humanos, saúde, suprimento, manutenção, engenharia, transporte e salvamento.

Assim, prescreve o Manual de Logística do Exército Brasileiro (EB70-MC-10.238) que a logística deve obedecer a três fases: a determinação das necessidades, a obtenção e a distribuição:

- a determinação das necessidades consiste no estudo detalhado dos planos e das intenções das operações, de forma a possibilitar a definição e as quantidades dos recursos logísticos os quais deverão ser providenciados;
- a obtenção consiste na transformação das necessidades logísticas levantadas em recursos capazes de satisfazer as necessidades das operações;
- a distribuição é a parte responsável por fazer chegar aos usuários os recursos, de maneira efetiva e oportuna. Para isso, a logística se utiliza de um amplo sistema de pessoal, instalações e técnicas, devendo apresentar sempre flexibilidade e adaptabilidade para utilizar da melhor maneira esse sistema.

Além disso, é importante destacar que a logística deve ser capaz de gerar, desdobrar, sustentar e posteriormente reverter os meios utilizados. (SILVA e ANDRADE, 2018)

3.3 A experiência brasileira em forças de paz

Informação extraída de publicação do Ministério da Defesa (MD) de 2020, indica que, para as diversas missões de paz da ONU, o Brasil já enviou aproximadamente 57.700 militares. O país começou a participar dessas missões com a *United Nations Emergency Force I* (UNEF I) durante a crise de Suez. Entre 1957 e 1967, enviou um batalhão de Infantaria à região do Sinai e Faixa de Gaza. Na forma de rodízio, o Exército Brasileiro no período chegou a manter um total próximo a 6.300 homens⁴. Entre 1960 e 1964, houve ainda a participação de pilotos e tripulantes da Força Aérea Brasileira (179 militares) nas Operações das Nações Unidas no Congo (ONUC).

A referida publicação nota que militares brasileiros integraram várias missões de paz, sendo as mais expressivas as que operaram em Angola (UNAVEM III) e no Haiti (MINUSTAH). A notar algumas participações brasileiras:

- a) Força de Segurança das Nações Unidas (UNSF), 2 militares, Indonésia (1962);
- b) Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I) (1988) 16 militares e General brasileiro deteve o comando dos observadores militares das Nações Unidas; em 1997 na UNAVEM III, o Brasil enviou um batalhão (BRABAT) com 800 homens, uma companhia de

⁴No entanto, segundo Aguilar (2015), “o Brasil iniciou sua participação nas operações de paz em 1948, ao enviar militares para a Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB), que operou na Grécia de 1947 a 1951”; mas o fez em número de apenas três militares.

engenharia (200 homens), dois postos de saúde avançados (40 oficiais de saúde) e cerca de 40 oficiais do Estado-Maior, além de 14 observadores militares e 11 policiais;

c) Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) 35 militares e 10 observadores policiais, ex-Iugoslávia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Macedônia (1992-95);

d) UNOMOZ criada para supervisionar o Acordo de Paz em Moçambique, 26 militares, 67 policiais, uma unidade médica e uma companhia de infantaria, com 170 militares; um General brasileiro exerceu o comando da missão (1993-94);

e) MINUSTAH (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti*) (2004-2017), no total, participaram 30.378 homens e mulheres e General brasileiro teve o comando da missão por vários períodos;

f) Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), equipe móvel de treinamento na selva, 13 militares e comando de General brasileiro (2015-19).

A preparação para uma operação de manutenção da paz é parte da Logística Nacional. Para poder atuar no controle dos conflitos, a Logística Nacional deve prever adequado planejamento do apoio logístico a ser fornecido, incluindo, entre outros, adestramento e qualificação dos recursos humanos (civis e militares), bem como a disponibilização de material (ARAUJO, 2019). Tais requisitos se fazem mais necessários ante a maior complexidade assumida pelas operações, à luz do incremento na quantidade de conflitos a partir da década de 1990, com a utilização de efetivos de tropas mais numerosos e com capacidade de dissuasão em operações “robustas”. As PKOs, que, em 2020, eram 13, envolvendo 115 mil *peacekeepers*, tornaram-se mais dispendiosas (seus gastos equivalem a 76% do orçamento anual da ONU). Atualmente, o Brasil participa de 8 PKOs, com 281 efetivos. Destas, somente a MONUSCO, na República Democrática do Congo, encontra-se no entorno estratégico brasileiro (BRAVO, 2020).

3.4 A Logística Militar Brasileira na Força de Manutenção da Paz no Haiti (MINUSTAH)

Foi na MINUSTAH, a partir de 2004, que o Brasil teve sua contribuição mais importante para uma força de manutenção da paz tanto pelo número de efetivos (cerca de 1200, rotativos a cada semestre), quanto por assumir o seu comando por vários turnos. O país teve o cuidado de prever e prover tropas treinadas. As Forças Brasileiras ajudaram na transição do Haiti para a democracia e apoiaram os esforços de reconstrução e estabilidade daquele país após o terremoto

de janeiro de 2010. Neste último episódio, as tropas brasileiras desempenharam um trabalho excepcional ao prestarem assistência às pessoas desabrigadas pelo desastre. Muito colaborou para o preparo dos efetivos brasileiros a criação do Centro de Instrução de Operações de Paz, depois transformado no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Este Centro veio atender à necessidade de contar com tropas adestradas para as tarefas complexas das PKOs.

O apoio logístico ao contingente brasileiro na MINUSTAH foi desenvolvido de acordo com a visão do DPO/ONU, que se baseia na integração dos meios a partir de três fontes: os fornecidos pelos próprios contingentes militares, os de propriedade da ONU e aqueles contratados pela Organização. A primeira, oriunda do Brasil, atende ao Manual de Logística para Operações Combinadas – MD34-M-01, complementado com as atribuições do Centro de Coordenação Logística (CCL). A segunda refere-se ao apoio proveniente da própria ONU, obtido junto à Base Logística da ONU, na cidade de Brindisi na Itália. A terceira fonte provem da contratação de serviços e aquisição de material na própria área de operações. A fonte inicial de apoio logístico à tropa desdobrada é a própria Força da qual é originária. No caso do Haiti, o ciclo logístico começou com a determinação de necessidades, seguido da aquisição dos meios que pudessem atender a uma gama de itens e serviços, pois, conforme acordado no Memorando de Entendimento (MOU) firmado com o DPO, a responsabilidade de sustento da tropa foi inteiramente do Brasil. Isto foi válido, também, para a manutenção de todos os equipamentos pertencentes ao contingente brasileiro. Para que as Forças pudessem arcar com a aquisição desses itens, o Governo forneceu recursos financeiros, por dotação orçamentária. O ciclo logístico se completou com a distribuição que foi apoiada por aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), navios da Marinha do Brasil (MB) e, eventualmente, por meios terceirizados (SANTOS, 2010).

No Haiti, conforme explicam Silva e Andrade (2018), o apoio logístico para o início da operação seguiu as fases estabelecidas pela ONU, a saber: planejamento, desdobramento, sustento e retorno do último contingente. Para o planejamento, membros do Secretariado da ONU vieram ao Brasil para levantar as necessidades e as características logísticas dos efetivos militares a serem utilizados. Para o desdobramento, elaboraram documento (*Letter of Assist – LOA*), pelo qual se autorizou o transporte dos materiais e da tropa brasileira para o Haiti por via marítima e aérea. Para o sustento, foi assegurado que o contingente brasileiro seria autossuficiente por, pelo menos, 30 dias quanto à alimentação, e por 15 dias quanto à provisão de água potável, higiene e combustível.

Para desmobilização e retorno da missão, a ONU se responsabilizou pelo fechamento das bases e pela segurança durante os movimentos de embarque.

O transporte das tropas, sob coordenação do Exército brasileiro, foi executado em parceria com a Marinha e a Força Aérea Brasileira. A cada seis meses o rodízio dos militares foi feito pelo modal aéreo. Também a cada 20 dias efetuaram-se voos ao Haiti, levando itens não fornecidos pela ONU. Entre 2004 e 2017, o apoio logístico de longa distância (pessoal e material), para o contingente brasileiro, foi realizado por aeronaves da FAB, nos mais de 8.500 Km de distância aérea e por navios da MB nas mais de 5.500 milhas náuticas entre o Brasil e o Haiti.

Papel importante na logística de apoio às tropas brasileiras teve a MB. Collaço (2016) observa que

a função logística transporte aquaviário oceânico dependeu de navios com grande capacidade de carga, o que foi realizado pelos navios do Primeiro Esquadrão de Apoio. A cooperação e o apoio mútuo entre as Forças Singulares, no esforço do abastecimento do contingente no Haiti, ficaram evidenciados na utilização dos navios da MB e das aeronaves da FAB, obtendo assim o menor custo total da logística, maximizando a eficiência e a eficácia na função transporte.

O transporte marítimo defrontou-se, em algumas ocasiões, com problemas de pouca disponibilidade de navios, avarias e desgaste de material, o que levou o MD a autorizar o recurso à terceirização, por meio da contratação de navios civis, bem como ao uso de aeronaves. Segundo Bergo (2006) *apud* Jorge e Bueno,

entende-se terceirização como um processo segundo o qual uma organização entrega a uma outra, subsidiária ou contratada, uma parte de suas tarefas ou encargos, principalmente os ligados à atividade meio, visando dedicar seus recursos com maior intensidade na atividade-fim. Geralmente, isto é feito visando à redução dos custos ou dentro de uma estratégia de horizontalização da empresa, buscando agilidade e efetividade.

4 Resultados

A pesquisa realizada junto às diversas fontes, citadas neste relatório, e ouvidos diplomatas da Divisão das Nações Unidas-II do Itamaraty, entrevistados pelo autor, permite verificar que a logística militar brasileira conseguiu dar apoio para o bom desempenho das Forças Armadas Brasileiras na operação de manutenção da paz no Haiti, organizada pelo Secretariado da ONU (DPO e DOS). O entendimento entre as logísticas militar brasileira e da ONU habilitou o BRABAT e a MINUSTAH a cumprirem com os objetivos dos mandatos do CSNU. Nesse contexto, deve-se notar o papel desempenhado pelo sistema funcional e de larga experiência do Secretariado da Organização que proporcionou à logística militar do Brasil condições adequadas para o envio e a

manutenção dos seus efetivos no Haiti. A sua participação na operação teve custo elevado, mitigado pelos reembolsos negociados com o Secretariado (em média, 40% da despesa total).

Um exemplo dos bons resultados alcançados no âmbito da Marinha, estaria na conclusão de Collaço (2016) de que a logística utilizada, com eficiência, na missão no Haiti trouxe benefícios, inclusive pela contratação de navios mercantes brasileiros para realizar o transporte de apoio. A seu ver, caso aplicada como praxe, ajudaria “a desenvolver: a Marinha Mercante; a Indústria Naval; e a interoperabilidade entre navios mercantes e navios de guerra, desde os tempos de paz, o que pode ser fundamental para uma situação real de mobilização de meios da Marinha Mercante em caso de conflito armado”.

Fruto, em grande medida, da boa operação logística, a participação do Brasil na MINUSTAH foi muito bem avaliada pelo Secretariado da ONU e pelos Estados-membros. A logística contribuiu para o treinamento, desdobramento e sustento da tropa. Em consequência, a participação brasileira deu curso à transformação, buscada pelo Secretariado da ONU, de uma operação de *peacekeeping* numa de consolidação da paz (*peacebuilding*). Graças ao restabelecimento da ordem no país, o Haiti pôde novamente realizar eleições para um novo governo e alcançar uma situação política minimamente estável. A missão, ao seu término, logrou reconstruir condições básicas para a retomada da atividade econômica. Demonstrou também a qualidade dos militares brasileiros, seu adestramento para a paz e a ajuda humanitária, além de sua capacidade dissuasória. Incrementou, também, cooperação com as forças armadas de outros países latino-americanos e passou a gozar de maior prestígio na ONU (BRAVO, 2020).

5 Conclusão

Não seria exagero afirmar que a longa experiência do Brasil no envio de tropas e observadores militares e policiais em missões de manutenção da paz da ONU, sobretudo a experiência do BRABAT no Haiti, pode ser aproveitada na eventualidade de ser solicitado seu emprego em PKOs. Visto localizar-se a África atlântica no entorno estratégico brasileiro e continuarem, infelizmente, os países daquela região a atravessar sérias adversidades políticas, socioeconômicas e de segurança, não se pode descartar que venham a enfrentar instabilidades políticas, suscetíveis de desembocar em graves conflitos. Há vários exemplos no passado não muito distante (Libéria, Guiné-Conakry, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Nigéria, Angola, Serra Leoa)

e, atualmente, segue problemática a situação da República Democrática do Congo. A notar que o Brasil já possui um histórico significativo de participação em missões em países africanos.

Pode-se, assim, arguir que a logística militar brasileira na MINUSTAH cumpriu com o seu papel de trabalhar para o atingimento dos ONDs, da PND e da PLD, ao propiciar os meios para que as Forças Brasileiras ajudassem a garantir a paz e a segurança em país importante para a estabilidade da região caribenha. A operação no Haiti, por sua envergadura, complexidade e distância do território brasileiro, proporcionou oportunidade para o desenvolvimento do potencial de logística de defesa e de mobilização nacional. Os valiosos conhecimentos logísticos auferidos e o desenvolvimento pelas Forças Brasileiras de uma estrutura operacional de razoável eficiência certamente contarão para o Secretariado da ONU, no caso de vir a solicitar o seu apoio em missões de paz em países da África atlântica.

Referências

AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. 2015. **A participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro**. *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*, vol. 3 (2): 113-141. 2015

ANDRADE, Israel de Oliveira. HAMANN, Eduarda Passarelli. SOARES, Matheus Augusto. 2019, **A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: evolução, desafio e oportunidades**. 2019. Texto para Discussão – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 2019

ARAÚJO, Marcos do Vale. 2019. **Operações de Paz e a Logística Nacional**. III Encontro Regional. Associação de Estudos de Defesa. Disponível em <https://www.erabedsudeste2019.abedef.org>

BAIG, Kamran. 2010. **Logistical Support to United Nations Peacekeeping Operations: an Introduction**. SERIES EDITOR Harvey J. Langholtz, Ph. D. Peace Operations Training Institute. 2010

BRASIL. **Histórico de participação brasileira em missões da ONU**. Atualizado em 29/04/2020. Ministério da Defesa. Disponível em <https://www.gov.br/defesa>

BRASIL. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Versão atualizada submetida ao Congresso Nacional, 22/07/2020. Ministério da Defesa. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto;D8793.htm

BRASIL. **Doutrina de Logística Militar** – MD42-M-02 Anexo à Portaria Normativa 40/MD, de 23/06/2016.

BRASIL. **Manual de Campanha Logística Militar Terrestre -EB70-MC-10.238** Anexo à Portaria 131-COTER, 08/11/2018

BRASIL. **Política de Logística de Defesa.** Anexo à Portaria Normativa 1890/MD, de 29/12/2006

BRASIL. **Manual de Logística para Operações Combinadas** – MD34-M-01 Anexo à Portaria Normativa 431/MD, de 19/07/2001

BRAVO, Mauricio. 2020. **Os impactos nos Objetivos Nacionais de Defesa advindos da redução da participação do Brasil em missões de paz.** TCC – artigo científico – Curso para obtenção de certificado de Especialista em Altos Estudos em Defesa. Escola Superior de Guerra. Brasília, 2020

CID, Mauro Cesar Barbosa. GOLDONI, Luiz Rogério. 2016. **Logistic Complexity in Peacekeeping Operations: a Challenge.** In: Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations. V. 6 (11), Jul/Dec. 2016 – p. 116-131. UFRGS. Brasil, 2017

COLLAÇO, Rodrigo da Rocha. 2016. **Logística na missão de paz no Haiti (2004-2015). Terceirização do transporte marítimo nas operações de paz.** 2016. Dissertação (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2016

FONTOURA, Paulo R. Tarrisse da. 2005. **O Brasil e as Operações da Paz das Nações Unidas.** Brasília. FUNAG

JORGE, Ricardo Figueiredo. BUENO, Argentino José Braga. **Riscos decorrente da terceirização do apoio logístico militar brasileiro em operações de guerra: uma proposta para minimizá-los.** Disponível em <https://periodicos.unis.edu.br>

SANTOS, Marco A. Veppo dos. 2010. **Criação de um Centro de Apoio Logístico Combinado (CALOC) para Apoio às Forças em Operações de Paz.** Monografia. Curso de Política e Estratégia Marítimas. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro. 2010

SILVA, Guilherme G. Ribeiro da. ANDRADE, José C. Maia de. **O apoio logístico de forma autônoma e eficaz como forma de evitar que as tropas fiquem desguarnecidas no terreno.** 2018. Monografia – Trabalho de conclusão de curso. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) DECEX:DESMIL:ESAO: Publicações Acadêmicas. Disponível em https://www.bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/12345679/2761/1/MONO_GODOY_ESAO.pdf

VARELLA, Leonardo. NETO, Thiago Maciel. GONÇALVES, Mirian Buss. **Logística Militar x Logística Humanitária: Conceitos, Relações e Operações das Forças Armadas Brasileiras.** Disponível em: <https://www.anpet.org.br>